



FEMINIZAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO JORNALISMO GOIANO¹

Ana Maria de MORAIS²

Jornalista e mestranda

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Faculdade de Informação e Comunicação / Universidade Federal de Goiás

Ana Carolina Rocha Pessoa TEMER³

Professora Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

O jornalismo se tornou uma profissão majoritariamente feminina, conforme mostra a obra 'Perfil do jornalista brasileiro' (2013), segundo a qual as jornalistas são 63,7% dos profissionais atuantes no País. O estudo 'Mulher jornalista' (2007) mostra que, em 1986, as mulheres jornalistas representavam 36% do quadro de profissionais. Pesquisas sobre desigualdade de gênero têm postulado o reconhecimento da importância da discriminação de gênero para as experiências das mulheres no mundo do trabalho. Outros estudos sugerem que estereótipos de gênero e fatores organizacionais podem contribuir para esta discriminação e a aspiração desta pesquisa é compreender como esses elementos se conectam nas relações de gênero no jornalismo goiano. A pesquisa 'Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito' (2014) mostra que as desigualdades prevalecem, tanto em nível das funções exercidas quanto das responsabilidades e dos salários. Para analisar essa situação, a intenção desta pesquisa, ainda em construção, é fazer um estudo comparativo entre profissionais de TV e do impresso em Goiás, objetivando investigar como está a luta pelos direitos paritários em uma profissão que é tida como porta-voz de diversos outros segmentos na busca pela cidadania; como se dá a interseção entre família e profissão; de que forma a jornalista goiana se vê, como vê a profissão; e se tem a qualidade de vida necessária para a prestação de um bom serviço à comunidade.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminização. Relações de gênero. Cidadania.

¹ GT História do Jornalismo.

² Mestranda em Comunicação, linha Mídia e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1994). Em Goiânia, atuou em diversos veículos da mídia impressa e televisiva como repórter e como editora. Fala francês fluentemente, tendo morado em Paris de 1995 a 1998. E-mail: anacardosomorais@gmail.com

³ Coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: Teorias da Comunicação, Televisão, Telejornalismo e Gêneros Jornalísticos. Líder do Grupo de Pesquisa Televisão e Cidadania da UFG. Autora dos livros 'Para entender as teorias da comunicação' e 'A televisão em busca da interatividade'. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com



1 Introdução

Ao contrário do cenário internacional, onde a história registra mulheres consideradas referências no jornalismo⁴ – como Louise-Félicité de Kéralio, primeira mulher a fundar um jornal, em 1789, sob a revolução francesa; Caroline Rémy, conhecida como Séverine, e a primeira mulher a conduzir um jornal diário, *Le Cri du Peuple*⁵; a norte-americana Elizabeth Jane Cochrane, mais conhecida pelo pseudônimo Nellie Bly, ícone do jornalismo investigativo; Ida B. Wells, uma das primeiras jornalistas afro-americanas e líder do movimento dos direitos civis dos negros no final do século 19; a afegã Najiba Ayubi, ativista dos direitos femininos e da imprensa no mundo árabe – no Brasil, a profissão tem somente homens como ícones, começando por Machado de Assis, passando por Samuel Wainer e chegando a Joelmir Betting, entre tantos outros. A exceção à essa hegemonia masculina talvez seja Pagu⁶. No entanto, a partir da década de 1970 o jornalismo brasileiro vem passando por transformações em seus quadros profissionais, com uma quantidade cada vez maior de mulheres trabalhando na coleta, tratamento e divulgação de informações (RAMOS, 2010).

Não que as mulheres tenham estado completamente ausentes do jornalismo no século 19. Buitoni (1981) fala sobre o primeiro periódico brasileiro dirigido e escrito por mulheres, *Jornal das Senhoras*, criado em 1885 por Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro. Porém, seguindo o princípio de invisibilidade que permeava o feminino, confinado ao âmbito doméstico e não aceito em círculos considerados de domínio masculino, os textos não eram assinados, com exceção daqueles escritos por Joana Noronha, a editora. A ele, seguiu-se o *Belo Sexo*,

⁴ <http://www.vanityfair.fr/actualites/pouvoir/diaporama/ces-femmes-journalistes-qui-ont-fait-bouger-la-profession/20588#ces-femmes-journalistes-qui-ont-fait-bouger-la-profession-13>

⁵ O Grito do Povo.

⁶ Patrícia Rehder Galvão, Pagu, talvez seja a única representante do sexo feminino que possa se contrapor a essa hegemonia masculina no jornalismo brasileiro, embora este reconhecimento seja restrito. Existem outras escritoras brasileiras que trabalharam como jornalista, como Rachel de Queiroz, que também atuou em jornais desde a adolescência, mas sempre em colunas literárias; e Clarice Lispector, que, apesar de ter feito grandes reportagens, é reconhecida como um dos maiores nomes da literatura brasileira, mas não do jornalismo.



fundado por um grupo de mulheres, também no Rio de Janeiro. De acordo com o estudo, estas já não se mantinham no anonimato, expressando-se mais livremente, o que não lhes poupou críticas e oposições. “Dúvidas das próprias mulheres somaram-se a restrições e pressões sociais para impedir o desenvolvimento de uma consciência feminista.” (LIMA, 2007, p. 223).

Apesar desses limites sociais, Lima (2007) conta que, no final do século 19, surgiram várias publicações redigidas e editadas por mulheres, entre os quais ela cita *Domingo*, de responsabilidade de Violante Atabalipa de Bivar e Velasco, Rio de Janeiro, 1874; *Eco das Damas*, lançada por Amélia Carolina da Silva Couto, Rio de Janeiro, 1879; *A Família*, editada por Josefina Álvares de Azevedo, Rio de Janeiro, 1889; e, em Minas Gerais, a partir de 1873, começou a circular *O Sexo Feminino*, dirigida por Francisca Senhorinha Motta Diniz. Os periódicos, que tiveram sempre vida curta, tratavam, sobretudo, de moda, literatura e assuntos ligados ao comportamento – como casamento, maternidade, atividades domésticas e outras do mesmo âmbito.

June E. Hahner, que estudou essas publicações da imprensa feminina, refere-se ao pouco destaque que elas têm merecido por parte de estudiosos da imprensa e dos movimentos feministas. Lembra que essas mulheres, através de seus jornais, procuravam despertar as demais para o desenvolvimento de um potencial sufocado e desconhecido. Acreditavam na educação como instrumento mais eficaz para libertar a mulher da opressão que vinha sofrendo há séculos (LIMA, 2007, p. 223).

Embora haja uma discussão sobre os parâmetros para que uma publicação desse gênero seja considerada ou não jornalismo, levando em conta que ela não trabalha com o conceito de notícia, Buitoni (1990) argumenta que as revistas femininas podem ser classificadas como jornalismo de serviço, pois trazem informações que têm uma ligação direta com a vida da leitora e falam sobre assuntos que afetam a vida dela no cotidiano. Por isso, segundo a citada autora, é possível, sim, afirmar que, apesar de não trazerem notícias propriamente ditas, as revistas femininas podem ser consideradas jornalismo porque elas trazem informações que influenciam diretamente o comportamento de seu público.



Casadei (2011) observa que, de um modo geral, as representações da imprensa feminina brasileira do século 19 estavam articuladas em torno de dois polos principais: um deles representados por revistas que valorizavam a mulher em sua imagem de mãe/esposa; e o outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina. No século 20 foram necessárias algumas décadas para que a situação tomasse um novo rumo. Durante muito tempo a mídia corporativa, difusora de notícias factuais e reportagens sobre o cotidiano, foi um local exclusivamente masculino. Casadei (2011) traz um relato de José Hamilton Ribeiro de meados da década de 1930 no Brasil:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço. (RIBEIRO, 1998, apud CASADEI, 2011, p. 31).

O movimento feminista e o processo de feminização do mercado de trabalho

A pesquisa 'Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão, por um olhar sem preconceito' (2014) analisa dados de 1972, os quais revelam uma classe trabalhadora basicamente masculina – muito em razão do machismo, então dominante – com pouco mais de 90% de homens ocupando as vagas nas redações de São Paulo. Mas foi exatamente nessa década que a situação começou a mudar, com o movimento feminista fervilhando na Europa, sobretudo na França, impulsionado pelas ideias de Simone de Beauvoir, e que no Brasil começaram a ser propagadas por pesquisadoras ligadas à sociologia e à antropologia. E é justamente nas Ciências Sociais que buscaremos os princípios que conceitualizam esta mudança.

A socióloga francesa Kergoat (2009) comenta que, ao contrário do que alguns estudiosos propagam, de que o movimento feminista teria surgido em torno da luta pelo direito ao aborto, na verdade a idealização se deu justamente por causa da organização do modo de produção do trabalho entre homens e mulheres. Mais precisamente quanto às atividades domésticas, que, dentro da concepção marxista não eram consideradas



trabalho, e eram tradicionalmente destinadas apenas às mulheres. Hirata e Zarifian (2009) retomam os conceitos marxistas para redefinir os conceitos de trabalho e exploração. Para eles a definição de Karl Marx de que o trabalho é um ato no qual o homem transforma a natureza e transforma a sua própria natureza, e de que ele se desenvolve sob condições sociais específicas, situa a atividade do trabalho na relação homem-natureza e homem-homem e é insuficiente, porque é assexuada e eleva o masculino à condição de universal. E que, se as relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas, as relações sociais do trabalho são historicizadas e, dessa forma, é possível falar de sexo no trabalho. Essa reconceituação, também baseada nos paradigmas elaborados por Kergoat (2009), passa a abranger o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal, estabelecendo que trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são categorias indissociáveis, que, embora possam ser definidas separadamente para análise, são construídas de forma recíproca.

As diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta (KERGOAT, 2009, p. 71)

A autora analisa ainda que a divisão social do trabalho entre os sexos tem dois princípios organizadores: o princípio de separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres –, e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher. Em ‘Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais’ (2010), Kergoat diz que, embora a participação da mulher no mercado de trabalho esteja sempre em linha ascendente, as segmentações horizontais, segundo as quais os trabalhadores são separados em funções diferenciadas, e verticais, que dificultam a chegada das mulheres a determinados postos, entre empregos masculinos e



femininos perduram, bem como as desigualdades salariais e a imputação do trabalho doméstico à mulher.

Esses princípios podem ser aplicados graças um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista – que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais. (KERGOAT, 2009, p. 68).

Assim, se as práticas são construções sociais, são passíveis de serem modificadas, defende Kergoat (2009).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu também discute a teoria da representação social dos sexos. Para Bourdieu (1999) a dominação masculina atua tanto sobre o homem quanto sobre a mulher e está inserida no *habitus* e na estrutura social, fazendo parte do contexto cultural e social. Ele considera que há mecanismos históricos que são responsáveis pela historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. A mesma observação é encontrada em Abramo (2007), que analisa que as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho continuam devido à instituição e à reprodução da noção da mulher como uma força de trabalho secundária.

Essa noção está presente no imaginário social, empresarial e sindical e das próprias mulheres (que participam ou não no mercado de trabalho), assim como nas concepções que embasam a formulação das políticas públicas. (ABRAMO, 2007, p. 3)

Segundo a autora, embora as taxas de escolarização entre as mulheres sejam maiores, persistem importantes desigualdades por horas de rendimento trabalhadas e essas desigualdades são ainda maiores nas faixas superiores de escolaridade. Em ‘Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios’ (ABRAMO E AL, 2010), as pesquisas discutem as diversas possibilidades de um maior equilíbrio entre o trabalho, a família e a vida pessoal como condição indispensável para uma efetiva igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres no mundo do trabalho e discorre sobre os mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero no



mundo do trabalho, centradas no questionamento da noção da mulher como uma força de trabalho secundária. Além disso, analisa alguns aspectos da Estratégia Europeia de Emprego, uma experiência internacional rica em avanços e desafios no processo de superação dessas desigualdades.

Desde os princípios da década de 1980, os governos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passaram a incluir em suas diretrizes recomendações explícitas para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na definição e execução das políticas de emprego. Assim como a afirmar o direito das mulheres de ter acesso a um trabalho remunerado, independentemente da situação do mercado de trabalho. (...) Comprometeram-se também, desde essa data, a implementar políticas favoráveis ao emprego feminino. (ABRAMO, 2010, p. 25)

Maruani (2009) considera que a feminização do assalariamento é uma das maiores mutações sociais do final do século XX no mundo ocidental e informa que, na Europa da década de 60 as mulheres representavam 30% da população ativa e em 1999 elas já eram 43%. No Brasil, segundo Marques e Sanches (2010) entre 1992 a 2006, a população economicamente ativa feminina cresceu 59,1%, enquanto a masculina aumentou 33,7%. As mulheres, que representavam 39,8% em 1992, chegaram a 44,1% em 2006, quando havia 41 milhões de mulheres no mercado de trabalho.

Dessa forma, as explicações de estudos que avaliam o intenso fenômeno de feminização do jornalismo começam pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho como um todo e incluem, além de uma tendência das mulheres pelas humanidades devido à educação feminina voltada aos cuidados com o outro (KERGOAT, 2009), até o fato de que o jornalismo se enquadra entre as profissões ainda pouco valorizadas. Esta análise é feita por Rocha (2007), que defende que “[...] o aumento da participação feminina no jornalismo deve-se primeiramente por não ser uma profissão consolidada, ou seja, não tem o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da medicina e do direito.” (ROCHA, 2007, p. 122).

Isto é, as profissões que asseguram mais poder e prestígio continuam sob o domínio masculino, assim como as funções de maior prestígio na maioria dos segmentos continuam sendo majoritariamente masculinas, o que explicaria o fato de que



o processo de feminização pelo qual o jornalismo passa desde a década de 1970 siga acompanhado das disparidades salariais. Há, talvez, nesse processo de feminização, o que a socióloga Souza-Lobo (1991) revelou, de forma pioneira, enquanto pesquisava sobre as relações de gênero entre o operariado de São Bernardo do Campo, na década de 1970: além dos salários mais baixos, foi citada a menor agressividade das mulheres na hora de negociar entre os motivos para que o patronato contratasse cada vez mais a mão de obra feminina. A obra de Souza-Lobo *A classe operária tem dois sexos* (1991) discorre sobre a centralidade do trabalho no processo de dominação das mulheres pelos homens e também as desigualdades existentes entre homens e mulheres, tanto nas funções desenvolvidas quanto na remuneração. Tudo parece indicar que as operárias do jornalismo na segunda década do século 21 continuam submetidas a mecanismos semelhantes de dominação e opressão a que eram submetidas as operárias da indústria paulista na década de 1970.

Na pesquisa ‘Perfil do jornalista brasileiro’ (MICK E LIMA, 2013), no que concerne à remuneração, as mulheres aparecem como maioria somente no grupo dos que ganham até cinco salários mínimos: 65,5% se encaixam nessa faixa salarial. Quando a observação se volta aos que recebem mais de cinco salários há uma inversão de posição: as mulheres correspondem a 31,9%. Desdobrando a faixa dos mais bem pagos, os homens lideram em todos os estratos: eles correspondem a 51,8% dos que recebem mais de dez mínimos e 64,4% dos que têm vencimentos de mais de 20 mínimos.

Diversos trabalhos mostram que ainda prevalece uma divisão de editorias entre homens e mulheres, sendo que a área de cultura e entretenimento é, geralmente, coordenada e coberta por mulheres, ligando estes temas às ocupações tradicionalmente designadas a mulheres – como o cuidado com o outro e assuntos considerados mais emocionais. Dentro dessa lógica, alguns setores que gozam de maior prestígio, considerados mais ‘sérios’, como a política e a economia, costumam ser domínios majoritariamente masculinos. Embora esta constatação seja bem reconhecida em redações de todo o mundo, resta tentar compreender os mecanismos que levam à



reprodução desse modelo, apesar do aumento do número de jornalistas mulheres e, em alguns casos, ao acesso que têm à chefia de editorias e até mesmo de redações.

Rocha (2016) apresenta dados do Projeto Global de Observação da Mídia, realizado em 2005 em países da América Latina, que apontam que 57% dos apresentadores de televisão eram mulheres, mas apenas 29% das notícias eram redigidas por pessoas do sexo feminino. Ao mesmo tempo, somente 23% das chamadas ‘notícias sérias’ eram cobertas ou redigidas por profissionais femininas, que por sua vez atuavam com maior frequência no que é definido como informação ‘leve’, como assuntos sociais, familiares, comportamentais e artístico. Nessa área mais de 40% dos profissionais eram mulheres.

A obra ‘Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão, por um olhar sem preconceito’ (TEMER, ASSIS E SANTOS, 2014) comprova que ainda é pequena a quantidade de mulheres no jornalismo de imersão, que é um método de apuração que exige que os repórteres mergulhem em realidades múltiplas, o qual, historicamente, tem sido muito mais utilizado pelos homens, como revela a maior premiação brasileira destinada à imprensa, o Prêmio Esso.

Valorizando trabalhos feitos *in loco*, o Prêmio Esso laureou praticamente apenas homens em suas primeiras décadas – de 1956 até o final dos de 1980 –, na ‘categoria principal’, qual seja, a de melhor reportagem especial. A presença feminina só surge mais vigorosa na década de 1990, com cinco prêmios, e se torna consistente a partir dos anos 2000. De 2000 para cá foram premiadas três reportagens com autoria única feminina e cinco com autoria conjunta, sendo que, destas, quatro com mulheres na autoria principal. (TEMER, ASSIS E SANTOS, 2014, p. 2).

As autoras justificam este questionamento ao dizer que os jornalistas que desenvolvem esta modalidade de trabalho pertencem ao grupo que mais tem ascendido na imprensa brasileira.

3 Objetivos e proposta metodológica



A interrogação da dimensão de gênero no jornalismo pode permitir o esclarecimento das variadas facetas da profissão e do trabalho jornalístico. Por isto o questionamento das categorias de gênero e as relações entre os sexos devem ser articuladas a outras dimensões de análise do espaço midiático. Enquanto formador de opinião pública o jornalismo tem um papel relevante na construção de identidades e intersubjetividades, o que faz com que a forma como se incorporam as questões relacionadas à igualdade de gênero nas suas práticas organizacionais seja de fundamental importância. É preciso estudar a feminização da profissão para esclarecer as dinâmicas e ligá-las às outras evoluções do jornalismo. Em seguida, é preciso avaliar as divisões de gênero na organização das empresas de comunicação televisivas e impressas de acordo com os métodos administrativos.

Segundo Fernandes (2002), o jornalismo é o espaço público de visibilidade na busca dos direitos humanos na democracia contemporânea.

Nossa argumentação principal é a de que há uma reflexividade entre os direitos discutidos pela sociedade e os apresentados nos jornais. O jornalismo faz parte do processo de circulação discursiva, sendo o espaço público que confere maior visibilidade aos temas da sociedade (FERNANDES, p 01).

Assim, diante da precarização comprovada da profissão, devido à maior oferta de mão de obra e ao encolhimento das oportunidades de trabalho, esta pesquisa pretende analisar como se dão as relações de gênero e como a busca pelos direitos paritários entre aquelas que hoje formam o maior contingente de trabalhadores da imprensa. Seguindo o que diz Sardenberg (2015), a forma que as relações de gênero tomam em um determinado contexto é sempre histórica, social, e culturalmente específica: não pode nunca ser deduzida de como se expressam em outros contextos, o que implica sempre na necessidade de análises substantivas, baseadas na investigação empírica

Dessa forma, o estudo que se pretende empreender tem a intenção de preencher lacunas documentais sobre a feminização e relações de gênero no jornalismo goiano, reunindo elementos sobre a maneira como a jornalista se insere no mercado de trabalho em Goiás e como se dão efetivamente as divisões do trabalho e as relações de gênero



dentro das redações. Esta pesquisa pretende fazer um estudo comparativo entre as jornalistas que atuam na mídia televisiva e na mídia impressa em Goiás, tendo como foco as questões de gênero vivenciadas por elas em sua relação com a profissão.

Na metodologia, as questões apontam para a pesquisa qualitativa. Deslauriers e Kérisit (2010) consideram que

A pesquisa qualitativa tem sido, inúmeras vezes, utilizada para descrever uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva), ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que, dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar. [...] Uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações. Ela também pode servir para determinar os impasses e os bloqueios, capazes de entravar um projeto de pesquisa em grande escala. [...] Um dos objetos privilegiados da pesquisa qualitativa é, portanto, o sentido que adquirem a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, assim como o sentido da ação individual quando ela se traduz em ação coletiva. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 131).

Além disso, a triangulação parece ser um método adequado ao assunto deste estudo. Tuzzo e Braga (2015) abordam as possibilidades de estudar vários ângulos de uma mesma questão por meio desta metodologia.

Do ponto de vista da pesquisa, as investigações qualitativas têm assumido, sobretudo nas ciências sociais e humanas, importância fulcral em razão do seu caráter subjetivo, o que coaduna com a própria subjetividade do objeto, o ser humano. A este cenário da pesquisa qualitativa que toma como vértices os métodos, os sujeitos e os fenômenos, construindo um tripé que atribui sentido às investigações à medida que todos e cada um à sua maneira dialoga de forma equilibrada, ou seja, todas as perspectivas deste cenário de pesquisa parecem falar a mesma linguagem. [...] Consideramos ser possível discutir pesquisa qualitativa com olhares múltiplos e diversificados para dar conta da complexificação a que foram sujeitos os atores sociais e seus ambientes pessoais e laborais. (TUZZO e BRAGA, 2015, p. 149).

A ideia de triangulação é retomada para apoiar a construção de indicadores que permitam quantificar dimensões objetivas e interpretar as facetas subjetivas do processo social estudado. Neste sentido, esta pesquisa pretende analisar como se dá a divisão do trabalho dentro das redações, observando quais editorias estão sob o comando feminino,



quais estão sob o comando masculino, quais são mistas e como se dão as relações de gênero em cada uma delas; se as mulheres em posições de liderança se interessam em diminuir as desigualdades entre os gêneros, ou se não têm nenhuma influência sobre as desigualdades; e os critérios de usos das políticas institucionais de acordo com estas divisões, levando em consideração as condições de trabalho para o desenvolvimento da função social do jornalismo sob o prisma da mulher jornalista.

4 Considerações

Ao pensar a profissão de jornalismo e suas evoluções sob a ótica da feminização, associando as contribuições da sociologia do jornalismo àquelas da sociologia de gênero, a intenção é compreender melhor o processo de produção de informação nas redações dentro das dimensões de gênero. Por esta ótica pode ser possível avaliar os mecanismos de segregação sexual que ainda imperam nos veículos da mídia corporativa, na medida em que as diferenças de gênero são perfeitamente plausíveis, mas, ao contrário delas, as desigualdades devem ser modificadas.

E ainda: avaliar se as transformações vivenciadas pela profissão têm relação com a feminização. Avaliar se existe um jornalismo feminino ou se as mulheres se adaptaram às regras masculinas na forma de se fazer jornalismo. Analisar se existe uma precariedade maior para se exercer a profissão enquanto representante do sexo feminino e se, apesar desta feminização, se estabilizar na profissão continua sendo uma prerrogativa essencialmente masculina.

A análise da dimensão de gênero pode permitir trazer à luz a heterogeneidade dos modos de se fazer jornalismo e a desmistificação de uma visão universalizante da profissão, que supõe a existência de valores profissionais compartilhados e condições de trabalho comuns a homens e mulheres. A análise em termos de gênero deve permitir a desconstrução destes conceitos, trazendo à luz os mecanismos de dominação e as relações de poder que se escondem atrás desses ideais profissionais.



Referências

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

ABRAMO, Laís. Introdução. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa brasileira**. SP: Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. SP: Ática, 1990.

CASADEI, Eliza Bacheга. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista AlterJor: Jornalismo Popular e Alternativo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-10, jan./jun. 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218/91096>. Acesso em: 8 maio 2016.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Sociologia). p. 127-153. Disponível em: <<https://escambobibliografico.files.wordpress.com/2014/05/o-delineamento-da-pesquisa-qualitativa-jean-pierre-deslauriers-e-michc3a8le-kc3a9risit.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FERNANDES, Adélia Barroso. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público**. Artigo apresentado ao Intercom, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2002. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145134406368497586467557075036965428965.pdf>. Acesso em: 29 maio 2016.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 251-256.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.



KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. CEBRAP, 2010. p. 93-103

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2219/1320>>. Acesso em: 16 maio 2016.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sérgio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015>. Acesso em: 18 maio 2016.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: tendência recentes. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. 2013. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 12 abril 2016

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas: a grande invasão**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROCHA, Paula Melani. A profissionalização no jornalismo e o mercado para mulheres. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 11., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218/91096>> Acesso em: 14 maio 2016.

ROCHA, Paula Melani. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicación e Ciudadanía: Revista Internacional de Jornalismo Social**, n. 1, p. 119-134, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2542864>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ROCHA, Paula Melani. A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, p. 119-136, jan./abr. 2016. Disponível em: <<seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/49651/33941>>. Acesso em: 16 maio 2016.



SARDENBERG, Cecília M. B.; Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações, Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul/dez 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>> Acesso em: 29 maio 2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. In: **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 1991. p. 29 - 54.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; ASSIS, Francisco; SANTOS, Marli. **Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito**. Media & Jornalismo: Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, Coimbra, v. 14, n. 25, p. 75-90, 2014. Disponível em: <<http://cimj.org/revista/25/AnaTFranciscoAMarliS.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Pesquisa qualitativa uma possibilidade de triangulação por métodos, fenômenos e sujeitos**. 2015. In: Atas - Investigação qualitativa nas ciências sociais. Disponível em <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/5>> Acesso em 25 abril 2016.